

- 3 FEV 1986

A trajetória de 86

Jayme Magrassi de Sá

O ano que vem de findar acusou sinais positivos na seara da economia. Houve recuperação das atividades gerais, expressa por um crescimento do PIB da ordem de 8%; satisfatório saldo na balança comercial e bom nível de reservas cambiais; razoável incremento no nível de emprego e alívio nas tensões sociais mercê de outra forma de ação oficial no trato do relacionamento entre empregadores e empregados. Em que pese a ocorrência de pressões inflacionárias abertas — sucessão de greves, desfavores climáticos, aumentos reais de salários, desequilíbrio fiscal e política monetária folgada — a alta dos preços, ainda que ultrapassando o nível alcançado em 1984, não se apresentou com tendências ao descontrole. Para um primeiro e incompleto ano de governo, cuja assunção, aliás, foi marcada por delicados fatores circunstanciais, os resultados não foram desfavoráveis, correndo por conta do elevado patamar em que se manteve a inflação o sinal negativo no curso da política econômica.

Para 1986, porém, há ansiedade. Não obstante o advento do recente "pacote" tributário — extremamente pesado, a carrear para o erário qualquer coisa da ordem de Cr\$ 100 trilhões através de forte castigo sobre pessoas jurídicas e sobre pessoas físicas com remuneração mensal acima de 25 salários mínimos —, o descoberto fiscal continuará enorme e a imensa dimensão do Estado praticamente intocada. Dois fatores de forte ação inflacionária, portanto. A política monetária, pressionada agora pelas vicissitudes no setor agrícola e por certo tumulto no fluxograma financeiro, já não mais pode contar com o mecanismo de *open market* como instrumento eficaz para seus fins, dado o vulto e o vertiginoso crescimento da dívida mobiliária interna, cuja administração vai enfrentando delicados percalços operacionais como o do recente megaleilão do BC visando à troca de ponderável parcela de ORTNs para ter condições de manipular ao menos uma parte do colossal montante de Cr\$ 403 trilhões de títulos em curso. Não existem indícios de moderação nas reivindicações trabalhistas. As perspectivas das safras agrícolas não são promissoras. Permanecem presentes os problemas e as apreensões nos grandes mercados compradores de nossos produtos. Boa percentagem dos ganhos em divisas com a espetacular alta do café será consumida pela importação de alimentos para compensar os efeitos da insuficiente oferta interna, que poderá reduzir também a exportação de grãos. Os cortes que haviam sido anunciados no dispendio público, modestos e de efetivação duvidosa, foram superados pelas verbas apresentadas como ponto de partida de prometidos programas sociais. A situação financeira de Estados e Municípios continuará a pressionar as debilitadas áreas federais; as tarifas deverão aumentar acima da inflação e certos preços poderão ter seu controle relaxado por força de tensões cuja exteriorização fora deliberadamente procrastinada. Os acertos com credores externos conseguiram prorrogar as linhas de crédito comercial e elasticar o prazo de pagamento do principal de parcela da dívida global que se venceria um pouco adiante. Mas continuará o peso do atendimento dos serviços, sabidamente onerosos.

O Governo mostra-se consciente desse quadro de dificuldades, sendo de registrar o empenho pessoal do Presidente da República em acompanhar a evolução da economia, externando inclusive reações dignas de encômios, tal como quando lhe propuseram a esdrúxula prática do expurgo: "Estamos combatendo a inflação e não os índices". Estariam as autoridades, sob pressão presidencial, montando uma estratégia específica para conduzir a conjuntura de modo a evitar inflação acima da de 1985. Entre as medidas que comporiam essa atuação se destacariam profundos cortes em alguns projetos e programas (como exemplo, programa nuclear e projeto da ferrovia do aço), privatização de algumas (poucas, registre-se) empresas hoje sob controle do Estado, estabelecimento de limites para ganhos ou melhorias na área trabalhista, política monetária enrijecida tão logo superados problemas no circuito financeiro gerados pelo "pacote" (que está dando trabalho e ainda incomodará mais,

dada a sua complexidade e violência), menor taxa de crescimento do PIB e redução de subsídios e subvenções.

São esses traços calcados em declarações oficiais e oficiosas que surgem aqui e acolá. Mas é provável, por razões econômicas sérias e sobretudo por prementes razões políticas, ser desse tipo a orientação oficial, não repetindo gestão financeira tão macia quanto foi a de 85. Terá o Governo, ademais, bem presente a necessidade de não refrear-se o movimento exportador, sobre o qual vem se assentando a tática exercitada nos contatos financeiros externos.

Existem, todavia, alguns aspectos a examinar mais de perto.

O primeiro é concernente à política salarial. A recuperação do nível de atividades em 1985 deveu-se à perseverança no esforço de exportação e, com influência maior, ao crescimento dos salários reais. A existência de capacidade ociosa pode evitar choques de oferta internos com pressões ainda mais acentuadas sobre os preços. A ociosidade está agora praticamente esgotada, e se o fator dinâmico — crescimento real de salários — perdurar em níveis elevados, as reações tenderão a ser diferentes. Salário é renda e demanda, mas também é custo, de sorte que a tendência poderá ser a de forte tensão sobre os preços conjunada ao insuficiente elástico da oferta interna em diversas áreas e setores de produção.

O segundo aspecto liga-se às inversões. Os investimentos ao longo dos últimos meses prenderam-se fundamentalmente a reposições e uma ou outra complementação de equipamento. Não é esse o tipo capaz de sustentar um crescimento não episódico do PIB, sabidamente função de inversões que promovem acumulação de capital e de tecnologia, estas ainda muito retraídas e mantendo a taxa de formação bruta de capital em níveis baixíssimos. A revitalização desse tipo de investimento pressupõe a existência de conveniente cobertura financeira, o que inexistiu nesta quadra. Ainda que as margens de lucratividade tenham crescido em 1985, a geração de lucro no seio das empresas não é de molde (aliás nunca o foi) a assegurar tal cobertura, por definição de amplas dimensões. Considerando-se não ser curto, em projetos industriais, o respectivo prazo de maturação, as projeções acerca de consistente crescimento do PIB não oferecem a transparência desejada.

O terceiro aspecto prende-se à execução dos programas destinados ao que se vem denominando de resgate da dívida social. Os esquemas tornados públicos justificam-se à luz de carências manifestas. Mas surgem indagações quanto a pontos fundamentais, a começar pela disponibilidade de oferta em volume compatível. Também sem grande conceito a operosidade dos instrumentos disponíveis para a consecução de certas metas, como ocorre, por exemplo, no caso do complexo SFH. A própria esquematização financeira do conjunto de projetos sociais cuja efetivação se anuncia não prima pela solidez à luz das dificuldades do erário federal e da imensa presença do Estado na economia como empresário.

Aspecto adicional diz respeito à reforma agrária na forma posta em execução. Tudo indica não concorrer tal reforma, nos moldes em que vem se processando, nem para aliviar tensões no campo, nem para ajudar no aumento da eficiência e da produtividade agrícolas. Teme-se até venha a comprometer substantivamente um movimento racional e válido para melhorar o perfil da estrutura fundiária, agravando conflitos e resistências no panorama agropecuário, com desfavor para a produção primária, cuja expansão é cada dia de necessidade mais premente.

A trajetória da economia em 1986, portanto, não se afigura bonançosa, infelizmente. Vale, porém, consignar que o governo tem agora mais traquejo e maior desenvoltura. A julgar pela ação de presença do Presidente (algo inusitado até aqui), a equipe oficial deve estar se preparando, ou em preparo estrutural, para as refregas de um exercício economicamente difícil e politicamente duro, no qual terá lugar importante pleito eleitoral, de grande significado para a vida democrática da Nação.

Jayme Magrassi de Sá
é economista